

TERRITÓRIO DO CONTESTADO (SC-PR) E REDES GEOGRÁFICAS TEMPORAIS

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR
Av. Francisco H. dos Santos, Centro Politécnico - CEP 81531-990 - Cx. Post.19001 - Curitiba (PR), Brasil
Tel.: (55 11) 3091.3769 - nilsoncesarfraga@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a rede sobre o território da Região do Contestado, estabelecida historicamente entre os estados de Santa Catarina e do Paraná como uma estrutura de interconexões e interações. A abordagem se pauta na análise de três redes – tropeira, ferroviária e rodoviária – a marcaram a região em foco como espaço periférico, porém não desprovido historicamente de intervenções públicas. No estudo das mudanças e permanências destas redes se obtém uma abrangente leitura da formação territorial do Sul do Brasil, a indicar que o espaço possui uma relatividade semelhante ao tempo, denotando uma ordem de coexistências, associada a uma ordem de sucessões imanente ao tempo na formação regional.

Palavras-chaves: Rede. Território. Guerra do Contestado. Santa Catarina. Paraná.

ABSTRACT

This paper analyzes the network on the territory of the Contested region established historically between the states of Santa Catarina and Paraná as a structure of interconnections and interactions. The analytic approach of three networks - tropeiros, road and rail - such networks marked the contested region as a peripheral space, but not devoid historically of public interventions in its temporality: before, during and after the Contested War. In the study about the changes and stays of these networks is a comprehensive analytical reading on the territory training area in southern Brazil, through the understanding that the space has a relatively similar of the time. In the Contested space has an order of coexistence as the time has in the regional training was marked by an order of succession, but such orders exist together, in the things in themselves, considering that time is local.

Key words: Network. Territory. War of Contested. Santa Catarina. Paraná.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la red del territorio de la Región del Contestado, históricamente ubicada entre los departamentos de Santa Catarina y Paraná, como una estructura de interconexiones e interacciones. El abordaje analítico de tres redes: tropeira, ferroviaria, por carretera, redes que marcaron la región del Contestado como espacio periférico, sin embargo, no ha sido olvidado por intervenciones públicas, a lo largo del tiempo: antes, durante y después de la guerra del Contestado. En el estudio sobre los cambios y permanencias de dichas redes, se obtiene una lectura analítica sobre la formación del territorio del Sur del Brasil, a través de la comprensión de que el espacio posee una semejanza relativa al tiempo. En las delimitaciones del Contestado existe una orden de coexistencias, así como el tiempo para la definición regional fue marcado por una orden de sucesiones, pero tales órdenes existen conjuntamente, en todas las cosas, considerando que el tiempo es local.

Palabras-clave: Red. Territorio. Guerra del Contestado. Santa Catarina. Paraná.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a análise das redes históricas que marcam a Região do Contestado entre os estados de Santa Catarina e Paraná e as interconexões entre elas, sobretudo a tropeira, a ferroviária e a rodoviária. Para explicar tais redes históricas e a permanência sobreposta delas na atualidade, se utiliza vasto referencial teórico produzido sobre a região em questão: população, meio ambiente, história, cultura, infraestrutura etc. Trabalhos de campo permitiram percorrer, avaliar e caracterizar tais redes e, inclusive, aventar a possibilidade de se ver no Contestado um território de identidade própria e culturalmente diferenciada de outras áreas do Sul do Brasil.

INTRODUZINDO CONCEITUALMENTE: A REDE E SUAS INTERCONEXÕES NO TERRITÓRIO

O conceito de rede transformou-se, nas últimas décadas, em uma alternativa prática de organização, possibilitando processos de respostas às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social. Porém tal conhecimento não é novo: o termo aparece como conceito importante no pensamento de Claude Henri de Saint-Simon, socialista utópico que pensou uma sociedade planejada e organizada pelo Estado racional (SILVA JÚNIOR, 2004).

A palavra rede é antiga e vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações. A rede considerada como fato histórico existe há bastante tempo.

Mas a conceituação de rede considerada como sistema de laços realimentados provém da Biologia. Quando os ecologistas da primeira década do século XX estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida, propuseram que a rede é o único padrão de organização comum a todos os sistemas vivos. Nesse sentido, Capra (1996) menciona que “sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes”.

No que concerne às redes e aos territórios, como possibilidade metodológica de análise de uma dada realidade, buscou-se em Milton Santos a interconexão dos seres humanos, com suas firmas, instituições, meio ambiente natural e infraestruturas como elementos do espaço. Dessa forma, o autor afirma que:

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (SANTOS, 1985, p. 6).

Sob tal perspectiva, “uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras, levam a mudanças espaciais” (SANTOS, 1985, p. 16). No que tange ao espaço sobre a dinâmica das políticas públicas, pode-se dizer que ele é a força da produção, apenas um produto instrumental do Estado, pois fornece a estrutura espacial para o exercício do seu poder, como se verifica em Gottdiener (1997), quando ainda possibilita pensar no desenvolvimento socioespacial enquanto produto da ação dos setores privados como do próprio estado. É sob tal concepção de ligações possíveis que na Geografia o uso do termo redes geográficas foi utilizado historicamente, mas especialmente para a designação de redes urbanas, muito influenciadas pela Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, elaborada em 1933. Na atualidade já se discutem diversos tipos de redes numa perspectiva não positivista.

No que se refere ao entendimento da rede de hierarquias, sobretudo numa rede de lugares de distribuição viária, não abrindo mão da existência de crescentes e diversificados conjuntos de usos para o conceito, o sentido empregado para pensar as variantes de entendimento da Região do Contestado e, principalmente, a linha da divisa, sob uma perspectiva geográfica, para melhor compreender a dinâmica das relações dos conjuntos de atividades que formam o território em questão, a rede pode ser apreendida como uma forma de organização socioespacial pela sua expressão, tendo em vista a condição de racionalidade técnica, econômica informacional e normativa, sem abrir mão da conectividade sociopolítica e cultural construída ao longo da história regional.

A abordagem analítica da complexidade envolvendo rede, território e organização se faz importante na medida em que possibilita o entendimento da organização espacial, quando da distribuição de bens, principalmente no período entre os anos marcados pelo conflito armado do Contestado e na atualidade das relações socioeconômica e política sobre a linha da divisa interestadual. Porém, não se desconsidera que tais caminhos que formam a rede de sistemas viários no Contestado possuem, inclusive, traçado anterior ao tropeirismo, pois anteriormente havia o lendário Peabiru e outros em que não vêm ao caso o aprofundamento neste momento.

Acredita-se que a rede envolvente do Contestado é marcada por um sistema comercial de privilégios que ultrapassa a compra da erva-mate coletada no interior da região contestada, mas que é a base de um mundo vivido de relações, que se mantém até o século XXI, mantendo-se o Contestado unido a uma rede de múltiplos e complexos interesses entre os dois estados em questão.

Tal rede poderia ser sistematicamente marcada pela criatividade social de relações, tanto no período da guerra como nos dias atuais. As estratégias desse processo histórico podem ser analisadas por intermédio de leituras, tais como Villasante (2002) e a não percepção da mesma, ou seja, o obliterar das marcas sobre o mundo vivido no passado e no presente, de Trivinho (1998), cujo conjunto de trabalhos permite aprofundar as redes e o mundo socialmente vivido – aqui mais as redes social e cultural das relações em sociedade do que a dos fluxos de mercadorias por caminhos diversos.

Não existe a possibilidade de uma análise puramente marcada por uma abordagem clássica de rede de interconexões física, política e de infraestrutura, pois no Contestado a rede se dá, acima de tudo, pela dinâmica social da construção histórica daquele espaço enquanto territorialidade. Aqui, o viés da territorialidade se dá no interior da fronteira da complexidade étnica num critério selecionador, quando atingiu os direitos daqueles que já haviam conquistado por ocupação e usufruto a terra.

Essa questão não se faz simples; pelo contrário, tem demandado enorme esforço de cientistas sociais e antropólogos para identificá-la e compreendê-la nas suas singularidades históricas. No conjunto de estudos de grupos sociais urbanos, envolvendo minorias e poder, Rolnik (1989) apresenta a perspectiva da história urbana como o que se tem hoje na Região do Contestado e seus remanescentes caboclos, a existência de territórios nas periferias das cidades e as diversas redes de sociabilidade entre esses grupos e as violências que ressitua os problemas enfrentados, em que, sem dúvidas, fortalecem vínculos e instituem práticas que instauram uma certa segurança necessária.

Sobre a complexidade exposta e considerando o fato de se estar analisando as redes viárias do Contestado, não se pode perder a perspectiva da amplitude da rede em si, pois a urbana é fruto do caminhar científico na construção de seus conceitos para um foco da mesma – no caso em estudo, a viária que intimamente se liga com a viária e outras que não podem ser excluídas. Nesse sentido, Lobato Corrêa (2004, p. 66) esclarece que:

Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Nesse sentido é que se espera que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão se traduzir em diferenças estruturais entre redes urbanas. Há uma variedade de redes e uma conexão com diversos tipos de sociedades pode ser estabelecida por via do conceito de formação espacial, conforme de modo técnico (...).

Em conformidade com a perspectiva dada por Lobato Corrêa (2004), antes de se analisarem as três redes históricas da Região do Contestado (tropeira, ferroviária e rodoviária), faz-se necessário ainda caracterizar a funcionalidade da rede no conjunto da sua estrutura, considerando as análises procedidas.

Seguindo tal lógica de análise, a Região do Contestado se estabelecerá como centro de suas próprias redes, quando verificadas a hierarquia e a espacialização produtiva, como no caso de Caçador e sua indústria madeireira, seguida de produção de tomates para abastecimento do Centro-Sul; Três Barras, sede de importante indústria de beneficiamento de madeira produzida por meio do plantation de pinus que atinge a escala regional; Canoinhas, caracterizada no processo madeireiro e na erva-mate, entre outros, são exemplos. Estas se caracterizam por funções especializadas na produção, revelando uma rede urbana que não segue basicamente os modelos christallerianos, que dão privilégios às hierarquias urbanas. Aqui se remonta a discussão teórica inicialmente feita sobre as escalas das redes, quando se verificou que o Contestado tanto — e sempre — esteve na escala global como territorial/nacional quanto como na local — a sua rede.

Sobre tal argumentação, Lobato Corrêa (2004, p. 75-76) esclarece que pequenas cidades se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias, diferentes em termos demográficos, produtivos e de renda. Foram as transformações no campo que alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais ao longo dos caminhos dos quais evoluíram. O autor menciona que o “estudo das pequenas cidades é, em realidade, de fundamental importância para a compreensão do urbano em seu escalão inferior. Nesses estudos, outros tipos de pequenos centros aparecerão”.

As argumentações sobre redes anteriormente apresentadas contrapõem, em parte considerável, o debate contemporâneo sobre elas, pois para a Região do Contestado se busca caracterizar a existência do poder dos estados envolvidos no enfraquecimento das relações regionais postas na linha da divisa – fato que se discutirá mais adiante, neste trabalho –, mas na concepção de Castells (1999, p. 497), “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de existência, poder, cultura”, visão que não pode ser aceita integralmente na análise envolvendo o objeto dessa pesquisa, pois o poder é o elemento marcante na Linha Wenceslau Braz, e a concepção disseminada nos estudos de rede de Castells, no Brasil, esvazia o debate político das diferenciações regionais.

A Região do Contestado é marcada, principalmente, por uma dinâmica histórica de formação e, ao mesmo tempo, possui claramente uma linha que a divide, a mencionada.

Um dos argumentos possíveis para questionar-se a uniformização da leitura da rede pura e simplesmente se dá na lógica do próprio território. Nesse caso, Andrade (1995, p. 19) esclarece que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Mantendo o olhar sobre a perspectiva do território por meio de (ANDRADE, 1995), a formação de um território se dá com as pessoas que nele vivem, uma consciência de participação e pertencimento, promovendo o sentido da territorialidade.

O próprio ritmo de penetração, ocupação e territorialização (num contexto geral) é marcado por inovações e avanços na área da engenharia e comunicações de forma geral. O século XIX foi o período caracterizado pela consolidação e sistematização de inovações que influenciaram a organização do espaço por meio de investimento de infraestrutura, iniciado basicamente pelas linhas férreas diminuidoras do tempo e do próprio espaço, na medida em que fez aumentar a velocidade da circulação de bens, mercadorias, informações e pessoas.

Na própria lógica da análise do território, faz-se necessária discussão de região, na medida em que a rede em si parte de uma dinâmica regional. Nesse sentido, Rochefort (1998) busca estabelecer, na relação do homem no espaço, as formas de organização com critérios de delimitação, numa noção de homogeneidade para a definição de região. Assim, Rochefort (1998, p. 61-62) menciona que:

(...) em certas partes do espaço de um país são ainda as condições do meio físico que marcam mais nitidamente o conjunto da paisagem e, por consequência, delimitam a região (...) é quase sempre uma combinação dos fatores topográficos, climáticos e biogeográficos que permitiria definir um conjunto homogêneo do ponto de vista das condições naturais. Às vezes ao contrário, é toda a história da influência progressiva do homem sobre o espaço (modo de recorte do espaço agrícola em função das formas de apropriação, modo de desenvolvimento do habitat rural ou urbano) que constitui o fator principal de unidade da paisagem numa certa porção do espaço: trata-se então de região histórica (...).

Geralmente essas marcas são proporcionadas pelas condições espaciais e temporais, fato que contraria muitos autores que negam o espaço devido ao encurtamento das distâncias e consequente perda de valor estratégico da localização geográfica. No que tange à organização, a intensificação

da circulação que interage com as novas formas organizacionais de produção imprime simultaneamente desordem e ordem sob uma perspectiva geográfica de análise (FRAGA, 2007).

Santos (2000), pensando numa perspectiva geográfica, comenta que o termo emerge como aceleração contemporânea, determinante na forma de olhar uma dada realidade que vai da análise tradicional da região à análise da rede. Já para Moreira (1996, p. 1), a região é um olhar sobre o espaço lento, enquanto a rede vem a ser o olhar sobre o espaço móvel e integrado, e conclui dizendo que a forma como a geografia arruma a organização da vida social dos homens, hoje, é a rede.

No que tange à perspectiva materialista do território, encarando-o como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico e não apenas um instrumento de análise, no sentido epistemológico, deve-se considerar que isso não é um contrassenso, quando pensado enquanto “concepção idealista de território”, em função da carga de materialidade que nele parece estar “naturalmente” incorporada. Rogério Haesbaert (2004, p. 42) comenta que, mesmo entre geógrafos, se encontram aqueles que defendem o território definido, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico. Isso se deve ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação ligada ao espaço físico, à terra (HAESBAERT, 2004, p. 43).

TERRITÓRIO DO CONTESTADO: REDES DE INTERCONEXÕES

Considerando a rede sobre o território, uma estrutura de interconexões e interações, conforme visualizado entre as correntes mencionadas, passa-se à abordagem analítica das três redes envolvidas historicamente na Região do Contestado, como espaço periférico, porém não desprovido historicamente de intervenções públicas, na temporalidade delas: antes, durante e depois da Guerra do Contestado. A figura 1 permite visualizar o território em questão.

No estudo sobre as mudanças e permanências na rede viária do Contestado, chega-se a uma abrangente leitura analítica sobre a formação territorial do Sul do Brasil, por meio do entendimento de que o espaço possui uma relatividade semelhante ao tempo. No espaço do Contestado se tem uma ordem de coexistências, assim como o tempo na formação regional foi marcado por uma ordem de sucessões, mas tais ordens existem juntas, nas coisas em si, considerando que o tempo é local.

No que tange aos resultados esperados ou objetivados, a rede é a permanência mais evidente na Região do Contestado. A rede tropeira ainda é percorrida quando se adentra o interior regional, muitas vezes coberta pelo asfalto, como na BR-280, na BR-116 e na SC-302 ou pelos caminhos que interligam pequenas comunidades, que são os mesmos utilizados pela dinâmica tropeira, que ligava e unia as pessoas e escoava sua produção nos séculos XVIII, XIX e início do XX. A rede ferroviária, desde implantada, permanece a mesma, com insignificantes modificações, a maioria representada pela mudança administrativa – da Rede Ferroviária Federal S. A. passando para a América Latina Logística – ALL.

As investigações demonstraram historicamente que a região viveu todos os processos de consolidação territorial portuguesa, formando-se e participando do complexo processo. Após e durante todo o período imperial, o Contestado viveu uma certa autonomia com liberdade, sem ser incomodado pela administração e política de então. Com o advento da República, o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande.

O Contestado foi centro de uma rede histórica de passagem. Das tropas que iam do Rio Grande do Sul para o Sudeste, dos trens que ligavam o Sudeste ao Rio Grande do Sul chegando às rodovias que ligam o Rio Grande do Sul ao restante do Brasil. Essa terra de passagem gerou as permanências históricas e as mudanças de infraestrutura.

Parte considerável dos resultados das investigações aponta para uma evolução socioeconômica mais marcante nos últimos 90 anos e permeada pelas redes de circulação de riqueza – as viárias. Porém não nega o papel importante da economia tropeira, da erva-mate, das varas de porcos que abasteciam Curitiba, Joinville, Blumenau, Lages e outras cidades e vilas da época associada aos

elementos da natureza regional, no caso os campos intercalados com floresta de araucária angustifolia e ervais e dos faxinais como porções territoriais de produção socializada.

Sobre as mudanças observadas, cabe ressaltar que elas se deram principalmente no território, entendido como o de fluxos livres internamente, do período colonial e imperial, e o rompimento deste com a federalização republicana, que passa a mudar os rumos socioeconômicos, cobrando impostos sobre produção (mate e gado), concedendo terras, criando infraestruturas novas (ferrovias e rodovias) e delimitando as terras da Região do Contestado, com o acordo imposto em 1916.

O poder fica claramente marcado pela divisão territorial e estabelecimento da Linha Wenceslau Braz, que impôs uma mudança na vida regional. Neste sentido, a mudança mais clara, quando se refere apenas à Guerra do Contestado, foi a permanência de toda a zona de guerra dentro dos limites atuais de Santa Catarina e uma pequena mancha territorial do lado paranaense, bem tênue, nos territórios municipais de General Carneiro, Rio Negro e União da Vitória.

O tratado de limites de 1916 se constitui como um dos atos mais arbitrários da história republicana, obedecendo a critérios e interesses dos três chefes de Estado de então: Wenceslau Braz (Presidente da República), Affonso Camargo (Governador do Paraná) e Felipe Schmidt (Governador de Santa Catarina). O tratado por eles assinado no Palácio do Catete é representativo do poder centralizador demonstrado nesta pesquisa, pois sua validade é questionável, quando se considera a determinação legal do Supremo Tribunal Federal (FRAGA, 2006).

Este trabalho aponta para uma investigação futura, de cunho constitucional, seguindo os critérios teórico-metodológicos que nortearam a tríade de entendimento do poder, do território e da rede, na perspectiva integradora que foi discutida, para a legalidade dos limites impostos pelo poder executivo de então, passando por cima da determinação da corte máxima de Justiça da época, pois o Contestado permanece contestável no sentido legal – sendo mais uma permanência verificada.

As pesquisas permitem considerar a Região do Contestado como uma região cultural, historicamente estabelecida pelas redes culturais que estabeleceram a formação territorial com uma identidade própria. Mesmo que os mecanismos administrativos estaduais tenham criando nomenclaturas diferenciadas para a região, como Oeste, Meio-Oeste ou Coração Catarinense (do lado de Santa Catarina), e no Paraná como Sudoeste, Sudeste e Sul, a população que habita a região do Contestado em Santa Catarina consegue se enxergar como habitante do Contestado.

Isso se deve ao fato já mencionado de a área das batalhas da Guerra do Contestado ter ficado em território catarinense, onde muitas são as marcas históricas que dão identidade à população, como as numerosas placas referenciais dos combates, fontes d'água, cruzeiros e grutas do Monge, o Banhado Grande do Irani, a Universidade do Contestado com papel fundamental cultural de manutenção da história e cultura regional e das políticas de Estado, mais marcantes no decorrer das administrações de Esperidião Amim.

No lado paranaense, o Contestado e sua complexidade se mantiveram e se mantêm escondidos, e são pouco difundidos, na formação cultural do Estado. A Guerra do Contestado não é “trabalhada” pelo Estado como elemento cultural identificador de pertencimento, apenas em raros casos pela Secretaria de Cultura. A educação no Estado não explicita o tema como política educacional e formadora.

As investigações apontam a Região do Contestado como uma “ilha” de identidade cultural que sofreu mudanças temporais, mas que permanecem territorialmente.

As redes historicamente trabalhadas nesta pesquisa apontam para a proposição de sua manutenção e elucidação social, no intuito da manutenção da identidade cultural, que dá marca a um povo no território, diferenciando-o e fazendo-o existir no contexto de uma República Federativa de território enorme e de múltiplas e complexas culturas.

Há que se considerar ainda a necessidade de potencializar as redes históricas e mantidas sobre a Região do Contestado para a manutenção e entendimento da população no conjunto da história nacional e suas melhorias no sentido do desenvolvimento regional, propiciando geração de trabalho, renda e riqueza, além do rompimento da miséria marcante em muitos municípios do Contestado, principalmente em Timbó Grande, Calmon e Matos Costa.

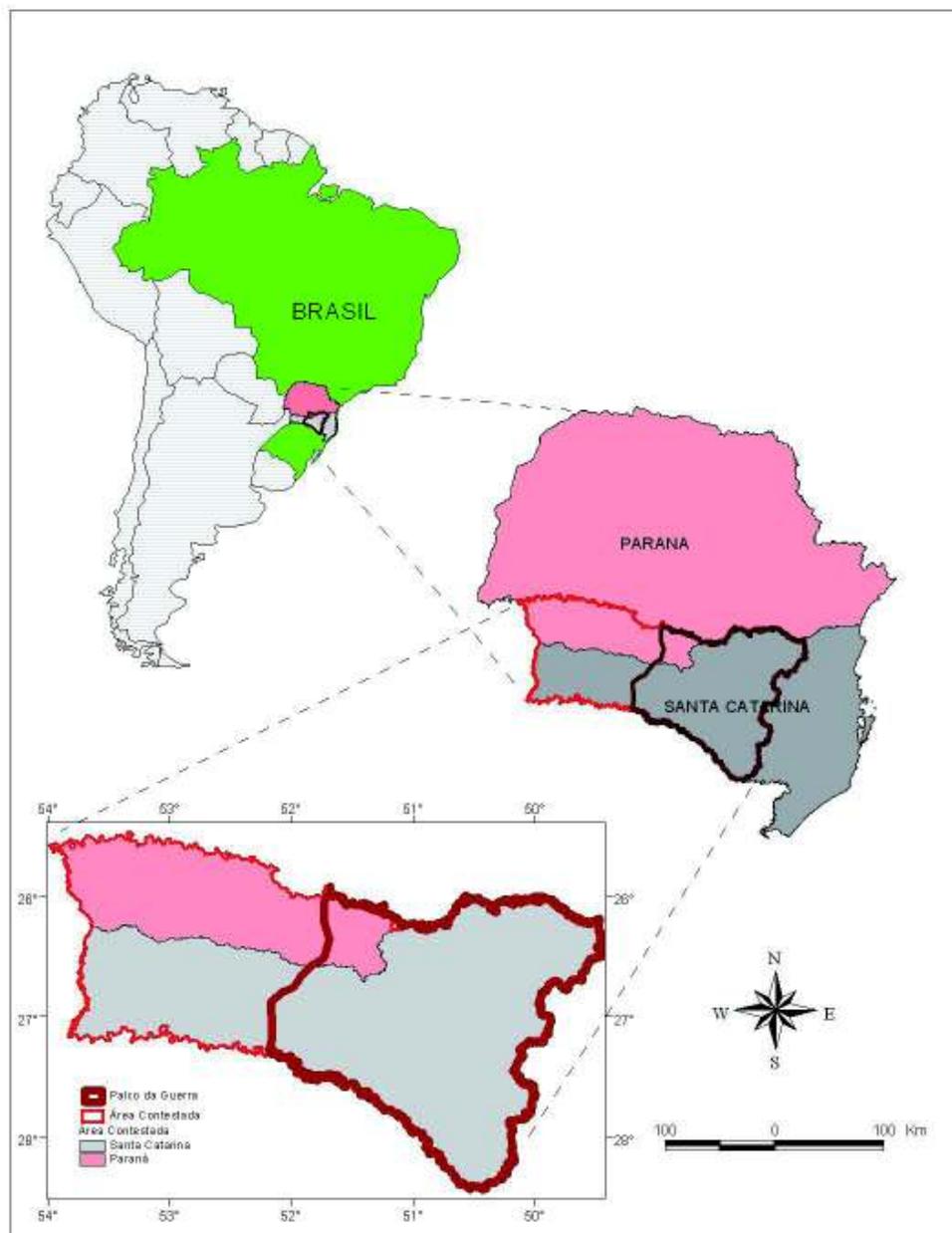


Figura 1 - Região do Contestado

O asfaltamento da SC-302, um antigo caminho tropeiro, abriu perspectivas de desenvolvimento municipal para as últimas duas citadas anteriormente, enquanto Timbó Grande se encontra no centro de um caminho tropeiro e vê a possibilidade de desenvolver-se com um acesso asfáltico à BR-116, ou mesmo à BR-280, para escoar sua produção de pinus, que também é um elemento norteador do subdesenvolvimento e miséria da sua população, que vive com o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região do Contestado vive historicamente a complexidade e os paradoxos mostrados neste trabalho. Qualquer proposta que venha ser elaborada no futuro para romper o subdesenvolvimento regional necessita considerar os fatores da sua identidade cultural, dando razão e manutenção à sua existência no conjunto da União Nacional.

As redes estudadas em conjunto com o território, regido por poderes que se alternaram no decorrer da história, responderam às hipóteses de haver mudanças e permanências na Região do Contestado. Apontou ainda para a possibilidade de investigação de outra rede possível, a rede cultural do Contestado, que talvez, no futuro, se possa melhor entender toda a complexidade do Contestado na história da formação territorial do Sul do Brasil e do País em si.

A análise das redes históricas e em tempos diferentes mostrou que a “ilha” sempre existiu numa dinâmica própria e autônoma, mas, ao mesmo tempo, interconectada com tudo o que acontecia nas terras brasileiras desde as primeiras frentes de colonização. Inclusive já era caminho entre o Atlântico e o Pacífico centenas de anos antes de portugueses e espanhóis pisarem na América – o Peabiru é o registro do caminho mais antigo que passou por aquelas terras.

Com esta pesquisa, pode-se comprovar empírica e teoricamente o nível de articulação proporcionado pelas redes que regem o território da Região do Contestado. A mobilidade geográfica do capital pode ser verificada na atualidade pela capacidade de circulação existente, porém não eliminou um processo histórico existente com certa autonomia regional de fluxos internos, em todos os níveis, mas principalmente os sociais e culturais.

Na parte diretamente relacionada ao nível viário nacional e regional, o Contestado é ligado ao território dinâmico do Centro-Sul por duas rodovias federais (BR-116 e BR-153), no sentido norte/sul, e duas no sentido leste/oeste (BR-280 e BR-470/282). Elas nada mais são do que a modernização dos velhos caminhos tropeiros, pois seus cursos na atualidade estão sobrepondo o passado. No tocante à questão ferroviária, desde a implantação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, a região se mantém com apenas esta malha no sentido norte/sul e o velho ramal para o Porto de São Francisco do Sul.

Na escala local, o Contestado utiliza as velhas interligações existentes no passado, muitas das quais foram melhoradas e até mesmo asfaltadas, como a SC-302, que se constituiu como o último grande investimento de infraestrutura viária, financiado por capital estrangeiro devido à necessidade de escoamento melhorado para o plantation de pinus que atende às indústrias madeireiras, como Klabin e Rigesa.

No conjunto de escalas locais/regionais, especialmente envolvendo Paraná e Santa Catarina, as análises demonstraram uma enorme deficiência de vias que unam os dois estados. São poucas e precárias as rodovias asfaltadas que venham propiciar uma união interestadual. Não há dúvida de que tal processo se deveu às políticas públicas históricas, tanto por parte do poder estabelecido em Curitiba quanto pelo de Florianópolis.

Os estados, conforme se verificou na análise das suas políticas públicas de infraestrutura, principalmente viárias, no decorrer do período que se estende entre 1920 e 2000, procederam a mecanismos que chegam até suas divisas interestaduais. As rodovias que unem os municípios limítrofes do Paraná com sua capital e outras cidades importantes do interior não se conectam com as do lado catarinense e vice-versa, salvo poucas exceções demonstradas na pesquisa feita (FRAGA, 2006).

As mesmas análises permitiram observar que a região da Guerra do Contestado, nos dois estados, se caracteriza como pobre social e infraestruturalmente, porém do lado catarinense há um número maior de cidades desenvolvidas, com razoável parque industrial e geração de emprego, inclusive com uma população relativamente maior.

Com isso pode-se afirmar que o Estado catarinense foi mais competente no que concerne à integração da região a uma dinâmica socioeconômica voltada aos interesses de manutenção do território, assim como uma bem-sucedida catarinização em toda a Linha Wenceslau Braz. Mas não significa dizer que a paranização não tenha acontecido; apenas os investimentos foram menores para fazer a região se integrar à lógica da capital estadual, que está mais próxima da divisa. Enquanto Florianópolis fica em média a 300 km dos limites das ex-terras contestadas, Curitiba está a pouco mais de 100 km.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 163-164.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAPRA, F. **Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix Ltda., 1996.
- CRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia Fluvial**. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.
- DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- FRAGA, Nilson Cesar. Território, Região, Poder e Rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. **Curitiba: Relações Internacionais no Mundo Atual**, a. VII, n. 7, p. 9-32, 2007.
- FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.
- GOMES, P. C. C. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LOBATO CORRÊA, R. **Redes urbanas**: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: **Cidades**. Grupo de Estudos Urbanos – GEU. Presidente Prudente: Ed. da UNESP, v. 1, n. 1, 2004, p. 65-78.
- LOBATO CORRÊA, R. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MOREIRA, Igor. **Geografia Nova**: O Espaço Mundial. São Paulo: Ática, 1996.
- ROCHFORT, M. **Redes e Sistemas**: ensaiando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: Publicação do CEEA/Faculdade Cândido Mendes, n. 17, 1989.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SILVA JUNIOR, J. G. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- TRIVINHO, E. **Redes**: Obliterações no Fim do Século. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998.

Trabalho enviado em maio de 2009
Trabalho aceito em agosto de 2010